



INVESTIR  
NA TRANSIÇÃO  
ENERGÉTICA

**Mercado das Renováveis**

**NOTA DE POLÍTICA PÚBLICA**

Janeiro 2025



## Sumário Executivo

A presente Nota Política explora os desafios, soluções e recomendações relacionadas com o desenvolvimento do Mercado das Energias Renováveis em Portugal, com base nas discussões e resultados do primeiro ano do projeto RAISE.

A primeira parte do documento visa definir o contexto no qual o RAISE se encontra. A segunda secção descreve o projeto RAISE-PT, com maiores detalhes sobre o Grupo de Trabalho 5 “Mercado das Renováveis”. A terceira parte do documento contém os desafios, as soluções e recomendações identificadas nessa nota política. Seguem as conclusões.

Os múltiplos desafios identificados dificultam o crescimento das Energias Renováveis tendo em conta aspetos de mercado, regulatórios e de literacia financeira e energética. Com base nas barreiras identificadas, foram discutidas possíveis soluções para as mesmas.

Neste contexto, surgem as recomendações para ultrapassar as barreiras identificadas, tendo em conta as soluções indicadas e com o objetivo de impulsionar a transição energética no Mercado das Renováveis. Sucintamente, para estimular esta transição recomenda-se a promoção de uma comunicação eficaz, e o apoio à capacitação técnica de profissionais especializados. Recomenda-se também a criação de uma política colaborativa e *multistakeholder*, que favoreça a partilha de conhecimentos. Esta deverá ser acompanhada pelo desenvolvimento de incentivos fiscais/financeiros atrativos, incluindo a simplificação dos quadros legislativos. Enfim, todas as informações disponíveis a nível local, nacional e europeu deverão ser centralizadas numa única plataforma digital.

## Índice

Sumário Executivo .....	I
1. Enquadramento .....	1
1.1. Metas Europeias para a Transição Energética .....	1
1.2. Metas Europeias e Nacionais para a Transição Energética no Mercado das Renováveis .....	2
2. O RAISE-PT .....	4
2.1. Grupo de Trabalho Mercado das Renováveis .....	7
3. NOTA POLÍTICA: Barreiras, Soluções e Recomendações .....	8
3.1 Barreiras e Soluções para a transição energética no Mercado das Renováveis .....	9
3.2 Recomendações Políticas.....	11
4. CONCLUSÕES .....	15

## Índice de Tabelas

Tabela 1 - Metas definidas no Roteiro para a Neutralidade Carbónica e PNEC2030. ....	3
Tabela 2- Entidades que participaram no Grupo de Trabalho para a Transição Energética no Sector Público .....	8
Tabela 3 - Barreiras e Soluções identificadas pelos Grupos de Trabalho do projeto RAISE-PT. ....	9

## 1. Enquadramento

Face ao agravamento das alterações climáticas e à necessidade urgente de reduzir a dependência de fontes fósseis, torna-se imperativo transformar os modelos energéticos convencionais em sistemas mais sustentáveis e resilientes. Este processo transcende a mitigação dos impactos ambientais, configurando-se também como uma oportunidade estratégica para impulsionar o crescimento económico, reforçar a segurança energética e promover a adoção de práticas mais eficientes e inovadoras na gestão dos recursos.

### 1.1. Metas Europeias para a Transição Energética

A Europa pretende tornar-se o primeiro continente neutro em termos de carbono, estabelecendo o objetivo de alcançar a neutralidade climática até 2050, devendo procurar obter emissões negativas a partir desse ano. Neste âmbito, a nova legislação *Fit for 55*, inserida na Lei Europeia do Clima, aprovada pelo Parlamento a 24 de junho de 2021, prevê uma redução de 55% das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) até 2030, em comparação com os níveis de 1990, e propõe um objetivo intermédio para 2040, bem como a publicação de um orçamento indicativo de emissões para o período de 2030-2050.

Em maio de 2022, a Comissão Europeia apresentou o plano REPowerEU. Entre várias outras medidas a concluir antes de 2027, o plano REPowerEU visa impulsionar a descarbonização industrial através da alocação de cerca de 3 mil milhões de euros em projetos antecipados financiados pelo Fundo de Inovação. Este plano inclui a introdução de nova legislação e recomendações específicas para agilizar o licenciamento de projetos de Energias Renováveis, especialmente em “áreas de referência” com baixo risco ambiental e eleva a ambição europeia em termos de metas energéticas para 2030, aumentando o objetivo de eficiência energética de 9% para 13% e a meta de incorporação de Energias Renováveis no *mix* energético de 40% para 45%.

## 1.2. Metas Europeias e Nacionais para a Transição Energética no Mercado das Renováveis

No âmbito das obrigações estabelecidas pelo *Regulamento da Governação da União da Energia e da Ação Climática*, Regulamento (UE) n.º 2018/1999, de 11 de dezembro de 2018, prevê-se que todos os Estados-Membros elaborem e apresentem à Comissão Europeia os seus planos integrados em matéria de energia e de clima. Neste seguimento surge o *Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC) 2030* com 58 linhas de ação e 206 medidas para alcançar as metas estabelecidas, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 149/2024, de 30 de outubro, estabelece as metas nacionais, nomeadamente para a redução de emissões de gases com efeito de estufa, incorporação de Energias Renováveis, eficiência energética e interligações, sendo o principal instrumento de política para alcançar estas metas no horizonte temporal de 2030 (Tabela 1).

O PNEC 2030 está alinhado com outros documentos estratégicos, como o *Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050)*, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho. Estes instrumentos guiarão as políticas e ações do país nas próximas décadas, estabelecendo metas de redução de emissões e de transição para uma economia verde.

A aposta no reforço das Energias Renováveis inseridas no PNEC 2030 é notória, promovendo a eletrificação e a diversificação de fontes de energia, incluindo a produção e o consumo de gases renováveis. Até 2030, o objetivo é duplicar a capacidade instalada de produção de eletricidade a partir de fontes de energias renováveis (FER), acelerando a descarbonização e dando resposta às necessidades dos novos investimentos industriais previstos para o nosso país, criadores de “emprego verde” e de valor acrescentado nacional.

Tabela 1 - Metas definidas no Roteiro para a Neutralidade Carbónica e PNEC2030.

<b>Ano</b>	<b>Consumo final total<sup>1</sup></b> (PJ)	<b>Redução de energia primária<sup>2</sup></b> (% em relação a 2020)	<b>Eletrificação<sup>3</sup></b> (% no consumo final)	<b>Energia de FER<sup>4</sup></b> (% no consumo final)
<b>2020</b>	651 - 661	25	60	31
<b>2030</b>	598 - 602	35	80	47

---

<sup>1</sup> RNC50<sup>2</sup> PNEC2030<sup>3</sup> PNEC2030<sup>4</sup> PNEC2030

## 2. O RAISE-PT

O Projeto *RAISE-PT: Mesas Redondas para Ação e Investimento em Energia Sustentável em Portugal*, doravante denominado RAISE, é um projeto cofinanciado pela União Europeia (UE) através do programa europeu *LIFE*, tem como objetivo impulsionar a transição energética em Portugal, e terá uma duração de dois anos. A UE está empenhada em que a Europa seja o primeiro continente a alcançar a neutralidade carbónica até 2050, como estabelecido no Pacto Ecológico Europeu. Este plano pretende reduzir significativamente as emissões de gases de efeito estufa, das quais “mais de 75% provêm da produção e utilização de energia na UE”<sup>5</sup>.

Esta transição energética exige investimentos consideráveis, tanto a nível público como privado. No entanto, as atuais barreiras de mercado estão a dificultar a realização do investimento necessário para garantir a transição energética.

Neste contexto, surge o RAISE, que tem como missão superar esses desafios e desenvolver soluções que facilitem a transição energética.

Um dos principais objetivos do RAISE é estabelecer uma comunidade colaborativa permanente dedicada à transição energética, promovendo um diálogo contínuo sobre os principais obstáculos e propondo soluções para viabilizar o investimento em Energias Renováveis. Paralelamente, pretende também incentivar a criação de soluções inovadoras para os desafios da transição energética. Assim, o projeto procura o aperfeiçoamento do ambiente político e regulatório de modo a facilitar o financiamento de iniciativas de energia sustentável, ampliando os investimentos para apoiar a transição energética, com a finalidade de contribuir para um futuro mais verde e sustentável. Este futuro prende-se em variadas áreas de ação. Desta forma, e mediante os requisitos pré-definidos para o enquadramento deste projeto, o RAISE definiu 5 domínios de intervenção prioritários, sendo estes:

---

<sup>5</sup> Comissão Europeia. (2021). *Pacto Ecológico Europeu: A Comissão propõe transformar a economia e a sociedade da UE para satisfazer as ambições climáticas*. Disponível em <http://surl.li/wtleqs>.

- *Transição Energética na Indústria* - Em termos energéticos é o segundo maior sector consumidor de energia em Portugal e, por isso, muito relevante no âmbito do projeto.
- *Transição Energética no Sector Público* - Em termos energéticos, o sector público não é o mais intensivo, mas é o sector no qual a população tem uma dependência mais direta (saúde, educação, segurança, administração, etc.). Adicionalmente, e devido aos requisitos específicos de investimento no sector, a transição energética neste será muito mais desafiante, pelo que o impacto do projeto RAISE será também ele maior.
- *Transição Energética no Turismo* - Um dos sectores economicamente mais relevantes para o país. Este é um sector que se desenvolve maioritariamente no privado, o que o torna semelhante ao sector industrial. No entanto, a sua importância para o país e a diferença na tipologia de atividades, englobando a hotelaria, restauração e outros subsectores, justificam a sua adição ao projeto.
- *Pobreza Energética* - Qualquer alteração no sistema energético terá um impacto direto na energia dos agregados familiares e, uma vez que Portugal apresenta quase 19% da sua população em condição de pobreza energética, o projeto RAISE será uma oportunidade de tomar medidas de combate a esta situação.
- *Mercado das Renováveis* - Para que o sistema energético português seja fiável, sustentável e atrativo a investimentos de longo-prazo, este deve ter como principal pilar as Energias Renováveis. Por outras palavras, o futuro mais verde e sustentável consequente de uma transição energética, objetivo final do projeto RAISE, está dependente da evolução de um mercado de energia limpa e renovável, pelo que esta temática tem de estar presente neste projeto.

O Projeto está a ser promovido pelo consórcio liderado pela *S317 Consulting*, e composto pela *DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor*, *RNAE - Associação das*

*Agências de Energia e Ambiente e o Business Council for Sustainable Development Portugal (BCSD).*

O RAISE é ainda constituído por um Conselho Consultivo - *Advisory Board*, composto pela *ADENE - Agência para a Energia, Associação Portuguesa de Bancos (APB), Associação Portuguesa das Empresas de Serviços de Energia (APESE), Confederação Empresarial de Portugal (CIP) e Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG)*, que reúnem conhecimento técnico, científico e académico de excelência, assegurando a precisão das análises e resultados apresentados pelo projeto.

Uma vez que o sector financeiro desempenha um papel essencial no apoio à execução de projetos de energia sustentável, o RAISE conta também com apoio do Painel Consultivo Financeiro, composto pela *Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN), Banco Português de Investimento (BPI), Caixa Geral de Depósitos (CGD), Crédito Agrícola, Euronext, Fidelidade, GoParity, IAPMEI, I.P. - Agência para a Competitividade e Inovação e Portugal Ventures*, entidades de relevo do sector financeiro, investidas na promoção da transição energética e da literacia financeira.

## 2.1. Grupo de Trabalho Mercado das Renováveis

Com base nos 5 domínios de intervenção prioritários definidos para o primeiro ano do RAISE, foram estabelecidos cinco Grupos de Trabalho (GT), dedicados às diferentes temáticas, com os objetivos de identificar as barreiras ao investimento e encontrar as soluções necessárias para promover a transição energética em cada um dos sectores. Estes grupos são compostos por entidades públicas e privadas relevantes de todo o país.

Cada Grupo de Trabalho está direcionado a um sector específico, nomeadamente:

GT1 - Transição Energética na Indústria

GT2 - Transição Energética no Sector Público

GT 3 - Transição Energética no Turismo

GT4 - Pobreza Energética na Habitação

### **GT5 - Mercado das Renováveis**

Durante o primeiro ano do RAISE foram realizadas três reuniões para cada GT, as quais tiveram como objetivo de identificar desafios, propor soluções e garantir o progresso das iniciativas no âmbito da transição energética. Estas reuniões demonstram o compromisso do RAISE em fomentar um diálogo contínuo e produtivo entre os diferentes intervenientes, promovendo uma transição energética eficiente e sustentável em Portugal.

Cada encontro focou-se em aspetos específicos, promovendo uma abordagem progressiva e colaborativa. O documento apresentado surge como resultado das reuniões do GT da Transição Energética no Mercado das Renováveis.

O GT da Transição Energética no Mercado das Renováveis contou com a participação ativa de diversas entidades, do sector público e privado, identificadas na Tabela 2.

Tabela 2- Entidades que participaram no Grupo de Trabalho para a Transição Energética no Sector Público

Sector	Entidade participante
<b>Câmaras Municipais</b>	Câmara Municipal de Loures Câmara Municipal de Sabugal
<b>Empresas</b>	Leroy Merlin CIMPOR CME - Construção e Manutenção Eletromecânica Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, CIRES
<b>Instituição Social</b>	Coopérnico - Energia Verde, Sustentabilidade, Cidadania Santa Casa da Misericórdia
<b>Agências de Energia</b>	Enerdura - Agência Regional de Energia da Alta Estremadura S.ENERGIA - Agência Regional de Energia AREANATEJO- Agência Regional de Energia e Ambiente do Norte Alentejano e Tejo ENERAREA- Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior AMESEIXAL – Agência Municipal de Energia do Seixal
<b>Comunidade Intermunicipal</b>	CIM – Comunidade Intermunicipal do Alto Minho
<b>Instituições de investigação</b>	Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores
<b>Instituições Bancárias</b>	Cetelem - BNP Paribas Personal Finance Banco Caixa Geral de Depósitos Banco Português de Fomento

### 3. NOTA POLÍTICA: Barreiras, Soluções e Recomendações

As barreiras, soluções e recomendações relacionadas ao Mercado das Energias Renováveis em Portugal surgiram das discussões, portanto das reuniões do GT da Transição Energética no Mercado das Renováveis do primeiro ano do projeto RAISE.

### 3.1 Barreiras e Soluções para a transição energética no Mercado das Renováveis

Tabela 3 - Barreiras e Soluções identificadas pelos Grupos de Trabalho do projeto RAISE-PT.

BARREIRAS	SOLUÇÕES
Lacunas significativas de informação sobre a relação custo-benefício dos investimentos em Energias Renováveis	Sessões de divulgação de transição energética nas Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais e Agências de Energia Simulação do retorno ao investimento médio/longo prazo
Diferenças na maturidade tecnológica dos equipamentos afetam a viabilidade	Formação de técnicos especializados em ER (Energias Renováveis) Criação incentivos fiscais e subsídios que estimulem a adoção de novas soluções tecnológicas.
Dificuldade em realizar investimentos para sectores privados	Linha de crédito sem juros Lista dos apoios existentes em cada município e a nível nacional
Limitações no que diz respeito à distância entre infraestruturas, capacidade e produção de energia elétrica	Mapeamento de projetos de Energias Renováveis
Mercado Ibérico impõe barreiras comerciais e financeiras não que não favorecem o recurso a Energias Renováveis	Taxas de acesso diferenciadas à rede Incentivos às empresas
Difícil identificação por parte dos consumidores das melhores soluções energéticas	Balcão e linha de apoio técnico ao consumidor
Resistência em adotar novas medidas ou mudar de comercializador	Sessões de divulgação e esclarecimento referente à transição energética

BARREIRAS	SOLUÇÕES
Falta de profissionais municipais para os programas de intervenção energética	Formação contínua de técnicos municipais para o apoio à transição energética
Falta de mão de obra qualificada a nível nacional	Formação de mais técnicos especializados nas Energias Renováveis
Informação sobre apoios financeiros e sobre as instituições financeiras pouco clara e dispersa	Lista dos apoios existentes em cada município e a nível nacional
Processos de candidatura complexos e burocráticos	Contratação de facilitadores nos processos das candidaturas e apoios financeiros às Energias Renováveis Balcões de atendimento para esclarecimento e acompanhamento de processos
Burocracia no licenciamento, legislação e implementação de CERs	Isenção de taxas à rede das CER's Licenciamento Simplex Redução da complexidade administrativa Guia Prático de implementação de CER's

## 3.2 Recomendações Políticas

As recomendações políticas da presente nota, surgem no contexto do diálogo promovido pelo RAISE junto dos participantes do Grupo de Trabalho da Transição Energética no Mercado das Renováveis.

Através do diálogo promovido entre as entidades identificadas na Tabela 2, foram sugeridas recomendações, mencionadas de seguida, que podem impactar de forma positiva o cenário atual do Sector.

### **I. PROMOVER A COMUNICAÇÃO SOBRE A RELEVÂNCIA E O IMPACTO DE PROJETOS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS**

Promover uma comunicação eficaz sobre os projetos de Energias Renováveis em Portugal é essencial para a aceitação pública e para garantir uma transição energética bem-sucedida e equitativa. Isto pode ser alcançado através de campanhas de sensibilização, maior transparência e colaboração com entidades pertencentes ao sector privado e utilização de meios de comunicação eficazes.

Para fortalecer a compreensão e a aceitação pública, recomenda-se o foco em campanhas educativas que destaquem os benefícios globais e locais das Energias Renováveis, podendo ser desenvolvidas através de programas adaptados às comunidades locais. Os temas como a mitigação das alterações climáticas, sustentabilidade energética e vantagens económicas devem ser integrados nos currículos escolares em todos os níveis, começando pelo ensino básico e secundário.

Melhorar a transparência e o acesso à informação é igualmente fundamental. Assim, torna-se essencial a criação de uma plataforma digital centralizada com informações sobre os projetos de Energias Renováveis, incluindo localizações, impactos ambientais e benefícios económicos para as comunidades.

Com o mesmo objetivo, as consultas públicas podem servir como espaços para envolver as comunidades, permitindo que as suas preocupações sejam abordadas. Além disso,

relatórios regulares sobre os impactos sociais e ambientais dos projetos, com monitorização e atualizações contínuas, são indispensáveis.

Por fim, envolver os jovens no debate sobre Energias Renováveis através de iniciativas (como concursos, debates, projetos escolares e extracurriculares) irá fomentar o desenvolvimento de soluções inovadoras.

## **II. DESENVOLVER UM PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA**

O sector de Energias Renováveis representa uma oportunidade fundamental para o crescimento económico, a criação de empregos qualificados e a inovação tecnológica em Portugal. Contudo, a expansão contínua deste sector requer uma força de trabalho altamente qualificada, capaz de enfrentar os desafios técnicos e inovadores que acompanham a transição energética.

Neste contexto, a criação de um Programa de Formação Técnica em Energias Renováveis é uma necessidade urgente para assegurar que Portugal permanece na vanguarda da inovação energética e maximize o seu potencial. Este programa deve preparar profissionais com competências especializadas em tecnologias renováveis (como energia solar fotovoltaica, eólica, hidroelétrica e biomassa) e em campos emergentes (como hidrogénio verde e geotermia). No mesmo sentido, visa melhorar a empregabilidade e a mobilidade profissional, dotando os trabalhadores das competências necessárias para lidar com as mudanças tecnológicas e desafios do mercado de trabalho associados à transição energética.

Para alcançar estes objetivos, é essencial desenvolver centros de formação técnica em colaboração com universidades, politécnicos e empresas do sector energético. Estes centros deverão oferecer cursos de educação continuada, certificações profissionais e programas especializados. As parcerias com empresas privadas poderão permitir a implementação de estágios e programas de formação prática, enquanto incentivos fiscais, como subsídios, permitem estimular as empresas a investir na formação e qualificação dos seus trabalhadores nestas temáticas.

A requalificação vocacional é igualmente importante, especialmente para trabalhadores em transição de indústrias em declínio, como combustíveis fósseis, para áreas como armazenamento de energia e redes inteligentes. Um sistema de monitorização e avaliação deve ser estabelecido para assegurar que as competências ensinadas estão alinhadas com a procura do mercado de trabalho e com as inovações tecnológicas.

### **III. CRIAR UMA POLÍTICA PARA COLABORAÇÃO ENTRE DIFERENTES INTERVENIENTES DO SECTOR PÚBLICO E PRIVADO**

Em Portugal, o potencial das Energias Renováveis, é vasto e pode ser maximizado através de uma colaboração estreita entre os diferentes intervenientes envolvidos. No entanto, para que essa colaboração seja efetiva, é necessário estabelecer um quadro político, institucional e regulatório que promova ações conjuntas e sinérgicas entre o sector público e privado. O fortalecimento da governança institucional é um alicerce dessa abordagem colaborativa e pode ser alcançado através da criação de uma plataforma permanente de diálogo e cooperação entre os principais intervenientes do sector público (o governo, municípios e entidades reguladoras), e do sector privado (incluindo empresas de Energias Renováveis, investidores, instituições financeiras e associações sectoriais). Essa plataforma teria como função principal o acompanhamento de políticas públicas, a partilha de boas práticas e a identificação de desafios comuns, sendo igualmente importante a definição clara de papéis e responsabilidades para todos os intervenientes envolvidos na transição energética.

A promoção da inovação e da investigação é outra área vital a destacar, na qual o governo pode introduzir incentivos fiscais e financeiros para estimular a investigação e o desenvolvimento de tecnologias de Energias Renováveis. Para isto, seria importante integrar a criação de consórcios público-privados para a pesquisa e o desenvolvimento de soluções tecnológicas (por exemplo, o armazenamento de energia, redes inteligentes e novas fontes renováveis) fomentando a troca de conhecimento e competências entre sectores.

Por fim, de forma a promover uma implementação mais eficiente, os processos administrativos e regulatórios devem ser simplificados, reduzindo a burocracia e agilizando a aprovação de projetos. Para isto, tanto a criação de “balcões únicos” de licenciamento e a harmonização de normas e padrões técnicos nos diferentes níveis governamentais, como também a adoção de políticas de incentivo e regulação direcionados ao consumidor (como subsídios ou isenções fiscais para instalações solares ou eólicas em residências e empresas) seriam motores de uniformidade e alavancamento dos projetos de Energias Renováveis.

#### **IV. DESENVOLVER UM BALCÃO ÚNICO DE APOIO ÀS ENERGIAS RENOVÁVEIS**

O desenvolvimento de um Balcão único de apoio às empresas nos seus investimentos em Energias Renováveis é essencial para fomentar o crescimento deste sector estratégico. Esta plataforma permitirá a centralização de informações, simplificar processos e incentivar uma participação mais ampla de diversos intervenientes, acelerando a transição energética em Portugal.

A criação desta plataforma digital centralizada deve consolidar todas as opções relevantes de apoio financeiro e institucional, tais como, subsídios, “green bonds” e linhas de apoio disponíveis a nível municipal, nacional e europeu. A plataforma deve ser acessível e intuitiva, permitindo que investidores de diferentes perfis possam aceder com facilidade e clareza. De modo a promover as vantagens económicas do investimento na transição energética, devem ainda ser introduzidos os incentivos fiscais associados aos investimentos realizados. Adicionalmente, esta plataforma poderá permitir a realização de todas as tarefas administrativas relacionadas com projetos.

Esta plataforma deve ser integrada com as recomendações previamente apresentadas, relacionadas com o reforço de capacidades, formação, investigação e desenvolvimento, participação cívica e sensibilização. Desta forma, será possível criar um ambiente de apoio à inovação, formação e participação ampla.

## 4. CONCLUSÕES

A transição energética no mercado das Renováveis em Portugal enfrenta ainda vários desafios ligados principalmente a aspetos de mercado, regulatórios e de literacia financeira e energética.

Sucintamente, para estimular esta transição recomenda-se (i) promover uma comunicação eficaz sobre a relevância e o impacto de projetos de energias renováveis em Portugal; (ii) apoiar a capacitação técnica, incluindo programas de Formação Técnica e requalificação profissional; (iii) estimular uma política colaborativa entre vários atores públicos e privados, que promova a partilha de conhecimento e o desenvolvimento de incentivos fiscais/financeiros atrativos; e (iv) desenvolver um balcão único de apoio às energias renováveis, que consolide a informação sobre o apoio financeiro e institucional, bem como sobre linhas de apoio a nível local, nacional e europeu.

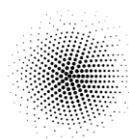
Ao seguir estas recomendações, Portugal conseguirá fortalecer as medidas já incluídas no PNEC 2030 e nos documentos estratégicos como o RNC 2050, e portanto garantir que o sistema energético português seja sustentável e atrativo a investimentos de longo prazo.



INVESTIR  
NA TRANSIÇÃO  
ENERGÉTICA



Cofinanciado pela  
União Europeia



S317  
CONSULTING

**DECO**  
SEMPRE CONSIGO



**BCSD**  
PORTUGAL



**RNOE**  
Associação das Agências  
de Energia e Ambiente  
Rede Nacional

Cofinanciado pela União Europeia.

No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são da exclusiva  
responsabilidade do(s) autor(es) e não refletem necessariamente os da  
União Europeia ou do CINEA. Nem a União Europeia nem a autoridade que concedeu o  
financiamento podem ser responsabilizadas pelos mesmos